



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
GRUPO PARLAMENTAR**

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades  
Portuguesas

**Assunto: Audição urgente da Senhora Presidente do Instituto Camões**

É com preocupação crescente que o Grupo Parlamentar do PCP vem tomando conhecimento da insatisfação e críticas de professores à forma como se tem vindo a desenvolver o concurso para o Ensino de Português no Estrangeiro para o ano lectivo de 2010-2011, o qual, como é sabido, é organizado pela primeira vez sob a inteira responsabilidade do Instituto Camões.

Críticas e insatisfações pelas alterações introduzidas nos critérios de graduação e selecção dos candidatos em que a classificação profissional e o tempo de serviço deixa de ser factor determinante para passarem a ser apenas elementos de desempate em função dos resultados obtidos em prova escrita de conhecimentos e prova de avaliação psicológica;

Críticas e insatisfações pelos conteúdos dos temas constantes para as provas de conhecimento designadamente:

- pela relevância dada, no caso dos professores, ao conhecimento do ensino de português como língua estrangeira, quando não é essa a característica predominante dos actuais cursos de Língua e Cultura Portuguesas, em que a maioria dos alunos fala português;
- pela exigência a professores actualmente em exercício de funções no EPE, muitos com dezenas de anos de serviço, de provas sobre a legislação que os vai reger bem como de comprovativos dos conhecimentos de língua apesar de concorrentes para o País onde se encontram a leccionar ou País com língua

similar. Não percebem aliás a diferenciação introduzida entre professores e leitores em matéria de conhecimentos sobre legislação quando ambos se encontram ao abrigo da mesma legislação;

- pelo procedimento concursal transformado em concurso geral com a imposição da inscrição obrigatória de todos os professores ao contrário do que constava do aviso de abertura de concurso,

Críticas e insatisfações ainda pelo retrocesso que representa a colocação de coordenadores no EPE através de nomeações, com todas as legítimas dúvidas que tal opção representa em matéria de clientelismo e compadrio, quando esta vinha sendo assegurada nos últimos anos através de candidatura.

Face à gravidade do exposto o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a V. Ex.<sup>ª</sup> que, com carácter de urgência, diligencie no sentido de assegurar a presença da Senhora Presidente do Instituto Camões, para audição sobre as matérias expostas, na Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

Assembleia da República, 7 de Maio de 2010

O Deputado

José Soeiro